



## Uso dos *royalties*: quem é o responsável?

Como vimos na primeira edição do boletim Rede Territórios do Petróleo – Campos dos Goytacazes, os *royalties* são uma compensação financeira paga à sociedade pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural – bens de todos (as) e que um dia irão acabar. Também vimos que as participações especiais são pagas de forma extraordinária, quando há um grande volume de produção ou grande rentabilidade.

Ao contrário do que muitos pensam, as empresas de petróleo não têm obrigação (nem mesmo o direito) de interferir no modo de aplicação das receitas petrolíferas. Assim como ocorre com os impostos, o fato de uma grande empresa gerar grandes receitas para o Poder Público não lhe dá o dever nem o direito de interferir na forma como tais recursos serão aplicados. Isso é responsabilidade dos gestores públicos eleitos pela população e dos cidadãos.

O município de Campos dos Goytacazes recebe *royalties* desde 1986, quando começou o pagamento e a distribuição nos casos de produção marítima, graças à Lei 7.525/1986. As receitas tiveram forte crescimento a partir de 1998, após o início da aplicação da Lei 9.478/1997, que duplicou o percentual de *royalties* devido pelas empresas (de 5% para 10%) e instituiu as participações especiais. Ou seja, são duas décadas recebendo altas somas de uma receita “extra” e temporária, já que o petróleo é um recurso natural finito. Compreendendo a dimensão de recursos vindos dos *royalties*, incentivamos a população que vive em Campos dos Goytacazes a buscar saber mais sobre o quanto o município recebe, como e quando esses recursos vêm

sendo aplicados, para que possamos decidir juntos com o poder público as melhores formas de aplicação para a sua população.

Por isso, convidamos a conhecer o Núcleo de Vigilância Cidadã (NVC) de Campos dos Goytacazes (Rua Marechal Deodoro, 55 – Centro) e acompanhar nossos boletins. A próxima edição de Rede Territórios do Petróleo – Campos dos Goytacazes vai abordar as áreas em que os *royalties* do petróleo podem ser aplicados, segundo a legislação vigente. Fique ligado!



Núcleo de Vigilância Cidadã de Campos dos Goytacazes estudando rendas petrolíferas